



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº CF-RES-2012/00224 de 26 de dezembro de 2012

Dispõe sobre o reconhecimento, atualização e pagamento de passivos administrativos, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no Processo n. CF-PPN-2012/00089, na sessão realizada em 14 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º O reconhecimento de direitos e dívidas a magistrados e servidores, ativos e inativos e seus pensionistas, bem como os critérios de atualização de valores em atraso, ficam regulamentados por esta resolução.

Art. 2º Para os efeitos desta resolução considera-se:

I - passivo: montante de dívidas que a administração deve satisfazer, referente ao mesmo exercício financeiro ou a exercícios financeiros anteriores;

II - dívidas de exercícios anteriores: obrigações reconhecidas pela administração relativas às competências de exercícios financeiros anteriores;

III - reconhecimento de direito: ato decisório pelo qual a administração reconhece a existência de direito subjetivo, mediante a aplicação de ato normativo ou de mudança de sua interpretação, com efeitos financeiros favoráveis ao administrado;

IV - reconhecimento de dívida: ato por meio do qual a autoridade competente (ordenador de despesa) reconhece e registra a despesa para fins de liquidação e pagamento;

V - pagamento em atraso: aqueles ocorridos em prazo superior a 30 dias após sua exigibilidade;

VI - dívida acessória: obrigação decorrente da incidência de atualização monetária ou juros sobre a obrigação principal.

Capítulo I
Do reconhecimento de direito pela Administração

Art. 3º As decisões administrativas de reconhecimento de direitos, que implicarem aumento de despesa, deverão ser submetidas à homologação do plenário

do Conselho da Justiça Federal, como condição de eficácia, nos termos do inciso V do art. 5º da [Lei n. 11.798/2008](#) e do inciso V do art. 8º do [Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal](#).

Parágrafo único. Exclui-se da necessidade de homologação de que trata o *caput*, o reconhecimento de direitos relativos à matéria já regulamentada ou apreciada pelo Conselho da Justiça Federal ou decorrente de lei que não demande regulamentação.

Art. 4º Os autos que veiculem a matéria de que trata este capítulo devem ser instruídos com os elementos necessários a sua completa compreensão, especialmente:

I - estabelecer o período a que se refere a dívida, com expresse estabelecimento da data inicial e final dos efeitos financeiros;

II - definir o termo inicial para a contagem da prescrição quinquenal, observado o disposto no inciso I do art. 110 da [Lei n. 8.112/1990](#);

III - definir o período de incidência de juros de mora, quando aplicáveis, observado o disposto no art. 14;

IV - fixar o período de incidência de correção monetária, quando aplicável, observado o disposto no art. 14;

V - conter demonstrativo do impacto da despesa no orçamento do órgão interessado no exercício corrente e nos dois subsequentes, nos termos dos arts. 16 e 17 da [Lei de Responsabilidade Fiscal](#), quando couber;

VI - definir a natureza do crédito, para fins de aplicação do disposto no art. 8º.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo às decisões de reconhecimento de dívida acessória, referente à incidência de atualização monetária ou juros sobre o principal que já tenha sido pago.

~~§ 2º Nos processos de reconhecimento de direito iniciados no Conselho da Justiça Federal, o cumprimento das exigências constantes deste artigo caberá à Secretaria de Recursos Humanos, com o auxílio das Unidades do Sistema de Recursos Humanos da Justiça Federal, por meio de informações, mediante provocação.~~

§ 2º Nos processos de reconhecimento de direito iniciados no Conselho da Justiça Federal, o cumprimento das exigências constantes deste artigo caberá à Secretaria de Gestão de Pessoas, com o auxílio das unidades do Sistema de Recursos Humanos da Justiça Federal, por meio de informações, mediante provocação. ([Redação dada pela Resolução n. 377 de 17 de dezembro de 2015](#)).

~~§ 3º As informações de que trata o § 2º serão consolidadas pelo tribunal de cada Região, dentro dos formatos e demais critérios definidos pela Secretaria de Recursos Humanos do Conselho.~~

§ 3º As informações de que trata o § 2º serão consolidadas pelo tribunal de cada Região, dentro dos formatos e demais critérios definidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Conselho- (NR). ([Redação dada pela Resolução n. 377 de 17 de dezembro de 2015](#))

Art. 5º As decisões administrativas de reconhecimento de direito que vierem a ser devidamente homologadas pelo Conselho da Justiça Federal nos termos do art. 3º serão:

- I - publicadas na imprensa oficial;
- II - comunicadas à Advocacia-Geral da União;
- III - comunicadas ao Conselho Nacional de Justiça.

Capítulo II **Da apuração dos valores**

Art. 6º A apuração dos valores a serem pagos, independentemente da data da decisão administrativa, será feita da seguinte forma:

- I - apura-se o valor do débito nominal, mês a mês;
- ~~II - atualiza-se monetariamente o valor nominal de cada parcela mensal, nos termos dos incisos I e III, alínea "a", do art. 15;~~
- ~~III - aplica-se o percentual de juros simples, se for o caso, sobre cada parcela atualizada, nos termos dos incisos II e III, alínea "b", do art. 15, multiplicado pelo número de meses transcorridos.~~
- II - atualiza-se monetariamente o valor nominal de cada parcela mensal, nos termos do inciso I do art. 15;
- III - aplica-se, se for o caso, o percentual de juros simples sobre cada parcela atualizada, apurado, nos termos do inciso II do art. 15, mediante o somatório dos índices dos meses transcorridos. ([Redação dada pela Resolução n. 395, de 26/04/2016](#))

Parágrafo único. A atualização monetária será calculada com base nos índices constantes do art. 15 desta resolução, verificados nas datas de que trata o art. 14 até o mês anterior ao do efetivo pagamento.

Art. 7º Na apuração de cada parcela mensal relativa ao débito nominal deverá ser observado o teto constitucional no mês de competência, consideradas as previsões da [Constituição Federal](#) e das [Resoluções CNJ n. 13 e 14, de 2006](#), no que couber.

Art. 8º Será observada a retenção do imposto de renda e da contribuição para a previdência social oficial, quando for o caso, dos valores principais corrigidos

monetariamente, levando-se em consideração a natureza do crédito e seguindo a legislação aplicável.

Capítulo III **Do reconhecimento de dívidas**

Art. 9º As decisões administrativas de reconhecimento de dívidas da União, decorrentes do reconhecimento de direito com observância do disposto no art. 3º, serão deliberadas pelo ordenador de despesas do respectivo órgão e deverão:

~~I - demonstrar, de forma completa, a apuração dos valores devidos, com metodologia de cálculo elaborada pela unidade de recursos humanos do tribunal ou do Conselho da Justiça Federal, ratificada pela respectiva unidade de controle interno;~~

I - demonstrar, de forma completa, a apuração dos valores devidos, com metodologia de cálculo elaborada pela unidade de recursos humanos do tribunal ou do Conselho da Justiça Federal; ([Alterado pela Resolução n. 562, de 10 de julho de 2019](#))

II - ser separadas e classificadas em:

- a) passivos relativos à folha de pagamento do exercício corrente;
- b) dívidas de exercícios anteriores.

III - condicionar o pagamento à existência de disponibilidade orçamentária;

IV - conter as declarações de adequação de que trata o art. 16 da [Lei de Responsabilidade Fiscal](#);

V - observar o cumprimento dos limites de despesas com pessoal dispostos nos arts. 19 e 20 da [Lei de Responsabilidade Fiscal](#) e na [Resolução n. CF-RES-2012/00184, de 12 de janeiro de 2012](#).

Capítulo III-A

([Incluído pela Resolução n. 437, de 22 de fevereiro de 2017](#))

Art. 9º-A. É facultada a renúncia ao crédito pelo beneficiário, no que exceder ao valor estabelecido no §3º, do art. 13, desta Resolução, para que o recebimento do passivo se realize nos termos desse mesmo dispositivo. ([Incluído pela Resolução n. 437, de 22 de fevereiro de 2017](#))

§1º É vedado o fracionamento do valor do crédito para fins de enquadramento de parcela do total ao que dispõe o § 3º do art. 13 desta Resolução. ([Incluído pela Resolução n. 437, de 22 de fevereiro de 2017](#))

§2º A opção pelo recebimento do crédito na forma prevista no caput deste artigo deverá ser exercida nos autos do processo administrativo respectivo, expressando a renúncia ao restante de valores já reconhecidos e que sejam oriundos

do mesmo objeto e processo. [\(Incluído pela Resolução n. 437, de 22 de fevereiro de 2017\)](#)

§3º O pagamento do passivo remanescente, após a renúncia do que exceder ao valor estabelecido no §3º do art. 13, implica sua integral quitação e enseja a extinção do crédito." [\(Incluído pela Resolução n. 437, de 22 de fevereiro de 2017\)](#)

Capítulo IV Da dotação orçamentária

Art. 10. A solicitação para inclusão de dotação na proposta orçamentária ou de crédito adicional das unidades da Justiça Federal necessária ao pagamento de passivos deverá ser encaminhada, em data definida pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal, na forma de banco de dados, conforme leiaute constante do [anexo](#) desta resolução, contendo, no mínimo, os seguintes itens:

- I - objeto do passivo;
- II - indicação nominal e individualizada dos beneficiários;
- III - número do CPF do beneficiário;
- IV - categoria funcional do beneficiário (se magistrado ou servidor);
- V - identificação da unidade gestora de lotação do beneficiário;
- VI - decisão administrativa que autorizou o pagamento;
- VII - a memória de cálculo dos valores;
- VIII - ordem de prioridade de que trata o art. 13.

~~Parágrafo único. As informações referidas no *caput* deverão estar, obrigatoriamente, acompanhadas de pareceres das áreas de recursos humanos e de controle interno das respectivas unidades demandantes.~~

Parágrafo único. As informações referidas no *caput* deverão estar, obrigatoriamente, acompanhadas de parecer da área de recursos humanos das respectivas unidades demandantes. [\(Alterado pela Resolução n. 562, de 10 de julho de 2019\)](#)

Art. 11. Quando o orçamento do órgão requerente não comportar a despesa decorrente da aplicação do disposto no do art. 6º, crédito adicional suplementar deverá ser solicitado ao Conselho da Justiça Federal, o qual adotará as providências cabíveis, observados os prazos estabelecidos nas normas específicas.

Art. 12. As solicitações de recursos orçamentários e financeiros ao Conselho da Justiça Federal, para pagamento de passivos, serão realizadas mediante

o encaminhamento de planilha, conforme leiaute constante do [anexo](#) desta resolução, contendo, no mínimo, os seguintes itens:

- I - objeto do passivo;
- II - indicação nominal e individualizada dos beneficiários;
- III - número do CPF do beneficiário;
- IV - categoria funcional do beneficiário (se magistrado ou servidor);
- V - identificação da unidade gestora de lotação do beneficiário;
- VI - decisão administrativa que autorizou o pagamento;
- VII - a memória de cálculo dos valores;
- VIII - ordem de prioridade de que trata o art. 13.

~~Parágrafo único. As informações referidas no caput deverão estar, obrigatoriamente, acompanhadas de pareceres das áreas de recursos humanos e de controle interno das respectivas unidades demandantes.~~

Parágrafo único. As informações referidas no caput deverão estar, obrigatoriamente, acompanhadas de parecer da área de recursos humanos das respectivas unidades demandantes." (NR) [\(Alterado pela Resolução n. 562, de 10 de julho de 2019\)](#)

~~Art. 13. Os recursos disponíveis para o pagamento de passivos serão distribuídos de forma proporcional à participação do Conselho, dos Tribunais e das Seções Judiciárias no total do passivo.~~

~~§ 1º Quando os recursos disponíveis não forem suficientes para o cumprimento integral dos passivos, será observada a seguinte ordem de prioridade para o efetivo pagamento:-~~

- ~~I - dívidas relativas à folha normal de pagamento do exercício corrente;~~
- ~~II - dívidas de exercícios anteriores, observada a seguinte ordem de prioridade:~~
 - ~~a) dívidas cujos beneficiários sejam portadores de doença grave, especificada em lei;~~
 - ~~b) dívidas cujos beneficiários tenham 60 anos de idade ou mais;~~
 - ~~c) ordem cronológica da decisão de concessão do benefício.~~

~~§ 2º Nas hipóteses do § 1º, havendo vários beneficiários, será feita a distribuição proporcional.~~

~~Art. 13. Os recursos disponíveis para o pagamento de passivos serão distribuídos de forma proporcional à participação do Conselho da Justiça Federal, dos tribunais regionais federais e das seções judiciárias no total do passivo.~~

Art. 13. Observada a disponibilidade orçamentária, os recursos disponíveis para o pagamento de passivos serão distribuídos ao Conselho da Justiça Federal, aos tribunais regionais federais e às seções judiciárias para atendimento das despesas relativas a passivos administrativos, nos termos desta Resolução. [\(Redação dada pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)

~~§ 1º Quando os recursos disponíveis forem insuficientes para o cumprimento integral dos passivos, será observada a seguinte ordem de prioridade, por unidade gestora, para o efetivo pagamento:~~

~~I – dívidas cujos beneficiários forem portadores de doença grave, especificada em lei;~~

~~I – dívidas cujos beneficiários forem: [\(Redação dada pela Resolução n. 437, de 22 de fevereiro de 2017\)](#)~~

~~a) portadores de doença grave, especificada em lei, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, comprovada em laudo médico oficial; [\(Redação dada pela Resolução n. 437, de 22 de fevereiro de 2017\)](#)~~

~~b) pessoas com deficiência; [\(Redação dada pela Resolução n. 437, de 22 de fevereiro de 2017\)](#)~~

~~c) beneficiários com idade igual ou superior a 80 anos. [\(Incluído pela Resolução n. 665, de 19 de outubro de 2020\)](#)~~

~~II – dívidas cujos beneficiários tiverem idade igual ou superior a 60 anos;~~

~~II – dívidas cujos beneficiários tiverem idade igual ou superior a 60 anos e inferior a 80 anos. (NR) [\(Alterado pela Resolução n. 665, de 19 de outubro de 2020\)](#)~~

~~III – ordem cronológica da decisão de concessão do benefício.~~

§1º Quando os recursos disponíveis forem insuficientes para o cumprimento integral dos passivos, o Conselho da Justiça Federal, por intermédio da Diretoria Executiva de Planejamento e de Orçamento, após minuciosa análise orçamentária-financeira, observando-se as despesas já pactuadas no âmbito da Justiça Federal, os limites legais e normas afins, manifestará sobre a existência de possível montante, com vistas à disponibilização orçamentária e financeira às unidades da Justiça Federal. [\(Redação dada pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)

~~§ 2º Havendo vários beneficiários na mesma ordem de prioridade de que trata o § 1º, será feita a distribuição proporcional entre eles.~~

§2º A manifestação, nos termos do parágrafo anterior, se dará no momento da elaboração da proposta orçamentária da Justiça Federal para o exercício

financeiro subsequente. [\(Redação dada pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)

~~§ 3º Ressalvam-se do disposto neste artigo os passivos de valores brutos irrelevantes, assim considerados aqueles cujo montante total devido, por objeto e beneficiário, não ultrapassar R\$ 2.000,00 (dois mil reais).~~

~~§ 3º Ressalvam-se do disposto neste artigo os passivos de valores brutos irrelevantes, assim considerados aqueles cujo montante total devido, por objeto e beneficiário, não ultrapassar R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). [\(Alterado pela Resolução n. 324, de 19 de novembro de 2014\)](#)~~

~~§ 3º Ressalvam-se do disposto neste artigo os passivos de valores brutos irrelevantes, assim considerados aqueles cujo montante total devido, por objeto e beneficiário, não ultrapassar R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais). (NR) [\(Redação dada pela Resolução n. 767, de 31 de maio de 2022\)](#)~~

§3º Em havendo recursos disponíveis decorrentes da análise ocorrida nos termos do §1º, será observado o seguinte critério e prioridade, por unidade gestora, para o efetivo pagamento, observada a proporcionalidade por objeto de passivo: [\(Redação dada pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)

I – 30% (trinta por cento) dos recursos disponíveis, destinados ao atendimento de passivos cujos beneficiários tenham no mínimo 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, de forma a atender todos os beneficiários na mesma proporção do objeto do passivo; [\(Incluído pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)

II – 70% (setenta por cento), a todos os beneficiários do objeto do passivo, inclusive o compreendido no inciso anterior, observada a ordem cronológica. [\(Incluído pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)

~~§ 4º O disposto no § 1º não se aplica quando existirem recursos orçamentários específicos alocados no orçamento para o cumprimento parcial de determinado passivo.~~

§4º Havendo recurso remanescente proveniente do inciso I, este será adicionado ao montante do inciso II. [\(Redação dada pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)

~~§ 5º Na hipótese do § 4º, a distribuição dos recursos será realizada de forma a atender todos os beneficiários na mesma proporção. [Redação dada pela Resolução n. 275 de 18 de dezembro de 2013.](#)~~

§ 5º Havendo vários beneficiários na mesma ordem cronológica de que trata o inciso II, será feita a distribuição proporcional entre eles. [\(Alterado pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)

§6º O montante definido para o pagamento do passivo administrativo fica limitado ao exercício financeiro vinculado nos termos do §2º, devendo, a cada novo ciclo orçamentário anual, utilizar-se do mesmo procedimento descrito neste artigo, para fins de aferição de disponibilidade orçamentária e financeira para exercício

subsequente, inclusive quanto a eventual parcelamento, adstrito, também, ao exercício financeiro vinculado no §2º.

§7º Os tribunais e a secretaria do Conselho da Justiça Federal encaminharão, na primeira semana do mês de março de cada ano, as respectivas programações orçamentárias/financeiras, bem como o Formulário 11, devidamente preenchidos e de acordo com as orientações da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal. [\(Incluído pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)

§8º O pagamento de passivos poderá ocorrer de forma parcelada ao longo do exercício financeiro, observado o §6º. [\(Incluído pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)

§9º Observada a disponibilidade orçamentária, ressalvam-se do disposto neste artigo os passivos de valores brutos irrelevantes, assim considerados aqueles cujo montante total devido, por objeto e beneficiário, não ultrapassar R\$ 9.000,00 (nove mil reais). [\(Incluído pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)

§10 O disposto no § 1º não se aplica quando existirem recursos orçamentários específicos alocados no orçamento para o cumprimento parcial de determinado passivo. [\(Incluído pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)

§11 Na hipótese do § 10, a distribuição dos recursos será realizada de forma a atender todos os beneficiários na mesma proporção. [\(Incluído pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)

§12 A Diretoria Executiva de Planejamento e de Orçamento, sem prejuízo do disposto nos §§ 1º e 2º, caso verifique possíveis sobras orçamentárias durante o exercício financeiro, sem que comprometa as despesas já pactuadas no âmbito da Justiça Federal e eventuais impactos decorrentes dos relatórios de avaliação de receitas e despesas primárias, publicados pelo Poder Executivo, manifestará sobre o montante a ser disponibilizado às unidades da Justiça Federal para pagamento de passivos, na forma do § 3º. [\(Incluído pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)

~~Art.13-A. Observada a disponibilidade orçamentária, não se aplica o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 13 desta resolução às despesas com acertos da folha normal do exercício corrente e do mês de dezembro do ano anterior. [\(Incluído pela Resolução n. 275, de 18 de dezembro de 2013\)](#)~~

Art.13-A. Observada a disponibilidade orçamentária, não se aplica o disposto no § 3º do art. 13 desta resolução às despesas com acertos da folha normal do exercício corrente e do mês de dezembro do ano anterior. [\(Redação dada pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)

Parágrafo único. Para os efeitos do *caput* deste artigo, consideram-se acertos da folha normal despesas com pagamento a magistrados, servidores e pensionistas já previstas no mês de competência da obrigação, mas não processadas em época própria pela fonte pagadora, referentes a: [\(Incluído pela Resolução n. 275, de 18 de dezembro de 2013\)](#)

- I - cargo efetivo;
- II - subsídios;
- III - cargo em comissão e função comissionada;
- IV - Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ);
- V - Vantagem Pecuniária Individual (VPI - Lei n. 10.698/2003);
- VI - Adicional de Qualificação (AQ);
- VII - Gratificação de Atividade Externa (GAE);
- VIII - Gratificação de Atividade de Segurança (GAS);
- IX - gratificação natalina;
- X - adiantamento de férias;
- XI - obrigações patronais;
- XII - benefícios a magistrados e servidores;
- XIII - progressão funcional;
- XIV - substituições;
- XV - proventos de aposentadorias e pensões;
- XVI - adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- XVII - abono de permanência;
- XVIII - adicionais de férias, de trabalho noturno, de periculosidade e de insalubridade;
- XIX - auxílio-natalidade e auxílio-funeral;
- XX - indenização de férias;
- XXI - indenizações decorrentes de extinção de vínculo funcional. [\(Incluído pela Resolução n. 275 de 18 de dezembro de 2013\).](#)
- XXII - Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GAJU); [\(Incluído pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)
- XXIII – Licença Compensatória (LC). [\(Incluído pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)

Capítulo V

Dos valores pagos em atraso pela Administração

Art. 14. Para os efeitos desta resolução, os valores devidos pela administração e não pagos no prazo de 30 dias são considerados em mora, salvo disposição legal em contrário, a contar da data:

I - da publicação de lei;

II - da publicação de ato regulamentar;

III - da decisão administrativa;

IV - da homologação da decisão pelo plenário do Conselho da Justiça Federal;

V - do requerimento, acompanhado dos documentos necessários, nos casos em que a concessão da vantagem de caráter individual necessitar de manifestação expressa da parte interessada, observada a prescrição prevista no inciso I do art. 110 da [Lei n. 8.112/1990](#);

VI - em que se adquiriu o direito, quando se tratar de concessão automática.

Capítulo VI

Da atualização monetária e dos juros

Art. 15. Os pagamentos realizados com atraso, bem como o reconhecimento de dívidas do mesmo exercício ou de exercícios anteriores a magistrados e servidores, ativos e inativos, e seus pensionistas, são passíveis de atualização monetária e juros, adotando-se os seguintes critérios:

~~I - índices mensais de atualização monetária serão o IPC-r até junho de 1995 e o INPC daí em diante até junho de 2009;~~

I - Os índices mensais de atualização monetária serão: [\(Redação dada pela Resolução n. 395, de 26 abril de 2016\)](#)

a) IPC-r até junho de 1995; [\(Incluído pela Resolução n. 395, de 26 abril de 2016\)](#)

b) INPC de julho de 1995 até junho de 2009; [\(Incluído pela Resolução n. 395, de 26 abril de 2016\)](#)

e) TR de julho de 2009 a março de 2015; [\(Incluído pela Resolução n. 395, de 26 abril de 2016\)](#)

c) IPCA-e: de julho de 2009 a novembro de 2021. [\(Redação dada pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)

d) IPCA-E de abril de 2015 em diante. [\(Revogado pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)

II - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, até agosto de 2001 e 0,5% (meio por cento) daí em diante, até junho de 2009;

II - Os juros de mora serão: [\(Redação dada pela Resolução n. 395, de 26 abril de 2016\)](#)

a) de 1% (um por cento) ao mês, até agosto de 2001; [\(Incluído pela Resolução n. 395, de 26 abril de 2016\)](#)

b) de 0,5% (meio por cento) ao mês, de setembro de 2001 até junho de 2009; [\(Incluído pela Resolução n. 395, de 26 abril de 2016\)](#)

e) a partir de julho de 2009, calculados pelos índices mensais de juros aplicados à caderneta de poupança. [\(Incluído pela Resolução n. 395, de 26 abril de 2016\)](#)

c) juros simples, no mesmo percentual de juros incidente sobre a caderneta de poupança, de julho de 2009 a novembro de 2021. [\(Redação dada pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)

III - a partir de julho de 2009, para a atualização monetária e juros, haverá incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices mensais: [\(Revogado pela Resolução n. 395, de 26 abril de 2016\)](#)

a) de remuneração básica da caderneta de poupança (Taxa Referencial); [\(Revogado pela Resolução n. 395, de 26 abril de 2016\)](#)

b) de juros aplicados à caderneta de poupança. [\(Revogado pela Resolução n. 395, de 26 abril de 2016\)](#)

Parágrafo único. Aplica-se aos passivos administrativos a partir do mês de dezembro de 2021, para as hipóteses de atualização monetária, remuneração de capital e compensação da mora, uma única vez, até o efetivo pagamento, o índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente. [\(Incluído pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)

Capítulo VII

Das Disposições Gerais

Art. 16. O pagamento de passivos, com observância do disposto no art. 3º, fica condicionado à declaração assinada pelo beneficiário, assegurando que o mesmo crédito não foi e nem será recebido pela via judicial, a ser entregue no prazo estipulado na comunicação a ser expedida pela unidade de recursos humanos ao interessado, por ocasião dos procedimentos para o efetivo pagamento.

§ 1º Caso o beneficiário já tenha recebido o valor pela via judicial, deverá informar o montante recebido, a fim de que seja deduzido dos valores reconhecidos como devidos administrativamente.

§ 2º A inobservância, pelo beneficiário, do disposto no *caput* suspende a incidência de juros até a apresentação da referida declaração.

Art. 17. Os pagamentos dos passivos efetivamente realizados devem ser informados em sítio de transparência do respectivo órgão.

Art. 18. Os pagamentos de passivos não efetuados ou parcialmente efetuados na data da publicação desta resolução deverão obedecer ao procedimento nela disposto, observada a norma do art. 19.

Art. 18-A Os passivos administrativos, cujas despesas foram empenhadas e não pagas até a data da publicação desta resolução, terão seus valores empenhados submetidos às regras de precedência válidas à época do empenho, ficando o saldo remanescente sujeito à regra de precedência fixada nesta resolução. [\(Incluído pela Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024\)](#)

Art. 19. O Conselho da Justiça Federal disponibilizará, no prazo de 180 dias, na sua página eletrônica, ferramenta informatizada para atualização monetária e cálculo de juros a ser utilizados pelo Conselho e demais órgãos da Justiça Federal, no pagamento dos passivos de que trata esta resolução.

Art. 20. Revoga-se a [Resolução n. 106, de 26 de maio de 2010](#).

Art. 21. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MINISTRO FELIX FISCHER

Assinado digitalmente por FELIX FISCHER. Documento Nº: 861390-7576 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>

ANEXO DA RESOLUÇÃO N. CF-RES-2012/00224.

SOLICITAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS PARA PAGAMENTO DE PASSIVOS (Arts. 10 e 12)

Código da Unidade Gestora	Objeto do Passivo	Beneficiário <small>(nome completo individualizado)</small>	CPF <small>(sem ponto e hífen)</small>	CATEGORIA FUNCIONAL <small>(1 = Magistrado; 2 = Servidor)</small>	Decisão Administrativa que Autorizou o Pagamento	Memória de Cálculo							Ordem de Prioridade <small>(inciso do art. 13)</small>	
						Período de Apuração do Passivo <small>(mês/ano)</small>		Valores Brutos (principal + atualizações)						
						Inicial	Final	Ativos	Contribuição Patronal	Inativos e Pensionistas	Soma	<small>Mês/Ano base de atualização (MM/AAAA)</small>		
TOTALS ==>														